

Revisitando os jardins das “Escolas do Imperador” da segunda metade do século XIX

Revisiting the gardens of the “Schools of the Emperor” from the second half of the 19th century

Mariana Reis de Brito | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

marianareis2002@puc-rio.br

<https://orcid.org/0000-0001-6441-3785>

Adriana Quintanilha da Silva | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

adriana.bj@hotmail.com

Gabriel Paes da Silva Sales | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

gabrielsales@puc-rio.br

<https://orcid.org/0000-0002-6489-917X>

Rejan R. Guedes-Bruni | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

rejanbruni@puc-rio.br

<https://orcid.org/0000-0002-9181-6309>

RESUMO Áreas ajardinadas integrantes dos novos prédios que abrigavam as “Escolas do Imperador”, 1872-1877, são analisadas sob a perspectiva do projeto de modernização que se configurava no Brasil do Segundo Reinado, alinhado ao modelo de cidade das grandes potências europeias. A partir de documentos de arquivos históricos e de inventário das plantas atualmente ocorrentes nas seis escolas remanescentes, busca-se avaliar as motivações e os critérios empregados na seleção das espécies. Desvela-se que foram privilegiadas espécies por suas características estéticas, desvinculadamente da valorização da flora brasileira que tanto encantava a leigos e naturalistas por sua riqueza e plasticidade.

Palavras-chave etnobotânica histórica – história ambiental – jardins históricos.

ABSTRACT *Landscaped areas that were part of the new buildings that housed the “Emperor’s Schools”, 1872-1877, are analyzed from the perspective of the modernization project configured in Brazil during the Second Reign, aligned with the city model of the great European powers. Based on historical archive*

documents and plant inventories currently occurring in the six remaining schools, an attempt is made to evaluate the motivations and criteria used in the selection of species. It is revealed that species were favored for their aesthetic characteristics, unrelated to the appreciation of the Brazilian flora that enchanted laypeople and naturalists for its richness and plasticity.

Keywords *historical ethnobotany – environmental history – historic gardens.*

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX, diversas cidades europeias foram influentes na difusão de um modelo de ambiente urbano no qual as áreas verdes tinham grande prestígio, sendo Paris a mais importante na expressão conceitual de tais espaços. A capital francesa aflo-rou aos olhos das sociedades do Brasil e do mundo como exemplo de experiência qualitativa e quantitativa de espaços verdes públicos, em um contexto progressivamente urbanizado, o que fez dela um paradigma na arte da inclusão de ambientes ajardinados nas grandes cidades (Dourado, 2011).

A introdução de espaços ajardinados acabou por destinar-se a atender as pretensões de uma elite, que passava a apreciar a vida ao ar livre. Além disso, o reconhecimento das árvores como recurso a serviço da salubridade urbana também foi um atributo relevante para que a França prosseguisse seu “programa verde”. O embelezamento urbano foi outro fator importante que justificou e conduziu os trabalhos de paisagismo da capital francesa (Dourado, 2011).

Quando consideradas as edificações de colégios naquela época, inseridas em um processo de expansão urbana, o mesmo se deu. Esses espaços apresentam particularidades que são típicas às funções de aprendizagem e cuja organização espacial resulta, igualmente, de um projeto político e ideológico (Groeninger e Wagnon, 2021), como ocorre até os dias vigentes. Um grande desafio se impunha aos diretores e arquitetos de então: dominar o ambiente que, de modo geral, se caracterizava como insalubre, pernicioso e sedicioso (Le Coeur, 2001).

No Brasil, durante o Segundo Reinado (1840-1889), o movimento de valorização e proliferação de jardins públicos foi também ganhando força e acarretando transformações socioeconômicas. O imperador d. Pedro II, inteirado do movimento paisagístico parisiense, ansiou por replicá-lo na capital imperial. Aos poucos, as ruas e os raros locais públicos de lazer foram dando lugar a uma nova proposta de união entre a natureza e os espaços edificados (Mérián, 2009), e nesse processo de remodelagem urbana as escolas não foram negligenciadas.

A crescente transformação da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, influenciada pela nova cultura de valorização de jardins, propiciou a multiplicação dos espaços verdes no âmbito urbano, o que nos instiga a questões como: qual importância seria atribuída às áreas verdes no interior das escolas? Haveria alguma intencionalidade na escolha das plantas que as compunham? Seriam preferencialmente empregadas espécies nativas do Brasil, considerando a grande novidade que representavam? Haveria preocupação na manutenção e conservação desses espaços? Nos dias atuais, edificações educacionais construídas nos oitocentos abrigariam seus pátios ajardinados originais? Quais espécies seriam encontradas atualmente nesses locais? Seriam elas as mesmas daquelas originalmente plantadas, no século XIX?

Mediante o inventário das espécies arbóreas nos jardins internos dos seis prédios remanescentes das “Escolas do Imperador”, objetiva-se investigar a lógica que determinou a seleção

do elenco de espécies que compõe tais jardins, além de avaliar a importância atribuída aos próprios, tanto na segunda metade do século XIX como na atualidade.

A gênese das “Escolas do Imperador”

A partir do século XIX, o Rio de Janeiro passou a ser gradativamente foco de estudos e de atos governamentais orientados a aproximar a capital imperial dos padrões estéticos e funcionais das grandes nações europeias da época. Como destacado por Dourado (2011, p. 102): “Posto no epicentro político e financeiro do Império, o Rio de Janeiro passou a demandar mais obras e profissionais capazes de aí agir, para a renovação física e cultural de seu ambiente”.

Melhorias e embelezamento da cidade eram demandadas, no início da década de 1840, pela elite do Império e pelo Conselho de Estado, consolidando uma burguesia urbana (Andreatta, 2006). Neste contexto surge o *Relatório Beaurepaire* (1842-1843), formulado pelo então diretor de Obras Municipais, Henrique Beaurepaire-Rohan. Nele é apresentada uma proposta global de organização urbana formal, a qual pode ser considerada o primeiro plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro. Sem restringir-se a solucionar problemas emergenciais, dedica-se à salubridade pública e ao aformoseamento da cidade (Carvalho, 2014).

Contudo, para tanto, o Império precisava investir também em instrução pública primária, ainda muito incipiente e insuficiente para atender à população carioca que se expandia, desordenadamente, pelas freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro (Schueler, 2005). Se, por um lado, o governo central se ocupava do ensino superior em todo o território nacional, além dos cursos primário e secundário no município da Corte; por outro lado, as províncias tinham a responsabilidade de criar e manter os estabelecimentos de níveis primário e secundário às suas custas (Quintanilha e Murasse, 2004). Esse panorama da capital imperial acentuava ainda mais a inexistência de um plano educacional na época.

Quando o Brasil saiu vitorioso da Guerra do Paraguai, em 1870, o entusiasmo de alguns comerciantes pela vitória deu início a uma campanha para erguer uma estátua equestre do imperador, o que foi por ele recusado. D. Pedro II preferiu que tais recursos fossem destinados à construção de prédios próprios para escolas públicas, as quais, até então, funcionavam em edificações alugadas (Crep, 2004). Além dos comerciantes, a Câmara Municipal da Corte, as associações particulares laicas, as sociedades beneficentes religiosas e os cidadãos filantropos abastados participaram com a maior parte dos recursos arrecadados em subscrições públicas e doativos. Esse movimento foi um dos mais simbólicos da contribuição de verbas para a ampliação de escolas na capital do Império (Aurnheimer-Filho, 2008).

A partir de 1870, em menos de dez anos, oito edificações foram erguidas nas freguesias de maior notoriedade da capital imperial e designadas “Escolas do Imperador”. Essas se caracterizavam por suas grandes dimensões arquitetônicas e pelo estilo europeu. Os novos edifícios escolares, ironicamente nomeados por seus críticos “palácios”, foram construídos, estrategicamente, nas freguesias centrais e mais populosas da cidade. Vias e praças públicas propiciavam maior percepção da política adotada, em benefício da instrução e escolarização da população urbana brasileira, o que caracteriza um marco na educação agenciada pelo Governo Imperial na segunda metade de século XIX (Schueler, 2005).

Essa iniciativa representou uma organização dos ambientes escolares, no final do século XIX, bem como a materialização do anseio de civilidade, a partir da expansão do sistema público de ensino, subordinado ao projeto político de enaltecimento da cultura nacional e da inculcação de valores e comportamentos a favor do “progresso” (Silveira, 2017). Assim como a presença de relógios nas fachadas de prédios era sinal de modernidade (Sisson, 1990), também os jardins foram incorporados no espaço escolar, recém-instalado, como elementos em voga na época (Faria-Filho, 1998). Entre a tradição e a modernidade, as “Escolas do Imperador” compreendem uma experiência preciosa no sentido de se fundar a “forma escolar moderna”, naquele momento (Silveira, 2017).

Considerando que as novas edificações educacionais surgiram justamente durante o contexto de modernização da capital imperial, não era de se estranhar a existência de espaços destinados a abrigar pátios ajardinados no interior das “Escolas do Imperador”. Tais jardins se coadunavam com a nova organização material das escolas europeias (Le Coeur, 2001), cuja arquitetura combinava os requisitos da disciplina, higiene e pedagogia.

A primeira “Escola do Imperador”, inaugurada em 1872, foi a Escola de São Sebastião, localizada na freguesia de Sant’Anna, cujo prédio foi demolido para a construção da atual avenida Presidente Vargas, na zona central do Rio de Janeiro. A segunda, inaugurada no mesmo ano, foi a Escola da Freguesia de São Cristóvão, situada no atual bairro de São Cristóvão. Em 1874, surge a terceira escola, nominada Escola da Freguesia de São José, no Centro do Rio de Janeiro, cujo prédio também foi demolido, em 1920. Em 1875 foi inaugurada a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, localizada na atual praça do Largo do Machado, no bairro do Catete e, em dezembro do mesmo ano, foi finalizada a obra da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, atual bairro da Gávea. Finalmente, em 1877, mais três escolas foram inauguradas: a Escola da Freguesia de Sant’Anna, no Centro; a Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, no atual bairro da Tijuca; e, a Escola da Freguesia de Santa Rita, hoje bairro da Gamboa, na zona central do Rio de Janeiro (Crep, 2004).

As seis edificações remanescentes das “Escolas do Imperador” visitadas nesta pesquisa foram: Escola Municipal Gonçalves Dias (antiga Escola da Freguesia de São Cristóvão), Escola Municipal Luiz Delfino (antiga Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea), Colégio Amaro Cavalcanti (antiga Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória), Escola Municipal Rivadávia Corrêa (antiga Escola da Freguesia de Sant’Anna), Escola Municipal Orsina da Fonseca (Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho) e Centro Cultural José Bonifácio (antiga Escola da Freguesia de Santa Rita).

Sobre as plantas viventes, como documentos vivos, nos espaços escolares e arquivos

Foi realizado um inventário dos espécimes arbóreos localizados nos limites internos das seis edificações ainda existentes onde funcionavam as “Escolas do Imperador”. Priorizou-se as árvores, visto que não só são longevas, como mais difíceis de supressão, quando comparadas a ervas e arbustos. Além disso, à época, as árvores desempenharam importante papel na representação pretendida das paisagens naturais, típicas aos bosques naturais europeus. A identificação taxonômica ocorreu, em grande parte, *in situ*, dada a facilidade de reconhecimento das espécies.

Os indivíduos que não puderam ser identificados no local foram fotografados e posteriormente identificados por meio de consulta a coleções de herbários *on-line* (speciesLink, 2023) e com auxílio de taxonomistas. A verificação nomenclatural, assim como os dados de ocorrência geográfica, valeram-se de estudos taxonômicos e consulta à *Flora e Funga do Brasil* (2023).

Fontes primárias no Arquivo Nacional foram pesquisadas. Documentos avulsos referentes às escolas públicas, entre os anos de 1870 e 1889, contidos na sessão da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e na sessão de Instrução Pública da capital imperial, foram localizados, consultados, triados e coligidos. Foram selecionados para análise todos os documentos relacionados às “Escolas do Imperador”.

O material iconográfico disponível no site do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro (Crep), assim como diversas fontes secundárias foram igualmente consultados para informações sobre as espécies arbóreas presentes nesses jardins do século XIX, além de desvelar possíveis significados culturais atribuídos a elas.

As espécies presentes nas remanescentes “Escolas do Imperador”

Foram inventariadas 65 árvores nos limites internos das seis edificações relictuais das “Escolas do Imperador”, relativas a 27 espécies identificadas (subordinadas a 13 famílias botânicas), sendo palmeiras, leguminosas e figueiras (Arecaceae, Fabaceae e Moraceae, respectivamente) as mais representativas (Tabela 1). O uso de espécies dessas famílias é predominante nos parques e vias públicas da cidade, de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (PDAU-RJ), de 2015. Esses resultados sugerem que os jardins das escolas têm o mesmo padrão de composição encontrado para a cidade.

Cabe destacar que tais famílias botânicas já eram valorizadas na ornamentação das áreas verdes desde o século XIX (de Brito et al., 2015). A análise iconográfica sobre a reconstrução paisagística do Passeio Público do Rio de Janeiro, em 1860, por exemplo – um projeto de Auguste Glazou, o mais icônico paisagista da época – evidenciou que tais famílias tinham destacada importância (Trindade, 2007). Tal relevância pode ser justificada, segundo Terra (2000), pela arquitetura e tamanhos exuberantes próprios às imponentes e longilíneas palmeiras; às frondosas figueiras, com suas raízes adventícias e às elegantes leguminosas, o que propiciava um fascínio aos olhos dos moradores e visitantes da capital do Império. Assim também, Roberto Burle Marx, um dos grandes talentos do paisagismo brasileiro do século XX, inspirado pela beleza das árvores dessas famílias botânicas, optou por utilizá-las como protagonistas em muitas de suas obras (Tabacow, 2004).

Tabela 1: Espécies arbóreas inventariadas nas seis antigas “Escolas do Imperador”

Espécie	Nome vernacular	Origem	Escola (N)	M.A.
ANACARDIACEAE				
<i>Mangifera indica</i> L.	mangueira	Exótica	A(1);B(2); C(3);D(1)	
<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	aroeira	Nativa	B(1)	X

Espécie	Nome vernacular	Origem	Escola (N)	M.A.
<i>Spondias mombin</i> L.	cajá-mirim	Nativa	A(1)	X
ARALIACEAE				
<i>Heptapleurum actinophyllum</i> (Endl.) Lowry & G.M. Plunkett	árvore-guarda-chuva	Exótica	B(2)	
ARECACEAE (PALMAE)				
<i>Attalea speciosa</i> Mart. ex Spreng.	babaçu	Nativa	B(1)	
<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.	dendezeiro	Exótica	B(4)	
<i>Livistona</i> sp.	livistona-da-China	Exótica	B(1)	
<i>Roystonea oleracea</i> (Jacq.) O.F.Cook	palmeira-imperial	Exótica	B(1)	
<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glasman	jerivá	Nativa	B(1)	X
CHRYSOBALANACEAE				
<i>Moquilea tomentosa</i> Benth.	oiti	Nativa	E(1)	X
COMBRETACEAE				
<i>Terminalia catappa</i> L.	amendoeira	Exótica	B(7);D(1)	
FABACEAE (LEGUMINOSAE)				
<i>Cassia ferruginea</i> (Schrad.) Schrad. ex DC.	cássia-imperial, chuva-de-ouro	Nativa	A(1)	X
<i>Cassia fistula</i> L.	canafístula	Exótica	B(1);C(1)	
<i>Paubrasilia echinata</i> (Lam.) Gagnon, H.C.Lima & G.P.Lewis	pau-Brasil	Nativa	B(1)	X
<i>Tamarindus indica</i> L.	tamarineiro	Exótica	C(2)	
Fabaceae sp.1	-		D(1)	
LAURACEAE				
<i>Persea americana</i> Mill.	abacateiro	Exótica	A(1);B(1)	
MALVACEAE				
<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	munguba	Nativa	B(9);C(1)	
MORACEAE				
<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	jaqueira	Exótica	B(1)	
<i>Ficus benjamina</i> L.	figueira-benjamin	Exótica	B(1);C(3)	
<i>Ficus cestriifolia</i> Schott ex Spreng.	mata-pau	Nativa	A(1)	X
<i>Ficus gomelleira</i> Kunth	gameleira-branca	Nativa	B(1)	X
MYRTACEAE				
<i>Psidium guajava</i> L.	goiabeira	Exótica	B(6)	
<i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels	jamelão	Exótica	A(1);B(1)	
POLYGONACEAE				
<i>Triplaris americana</i> L.	pau-formiga	Nativa	B(1)	
RUTACEAE				
<i>Citrus x limon</i> (L.) Osbeck	limoeiro	Exótica	B(1)	
URTICACEAE				
<i>Cecropia</i> sp.	embaúba	Nativa	E(1)	X

Legenda: Escola A: Centro Cultural José Bonifácio; B: Escola Municipal Orsina da Fonseca; C: Escola Municipal Gonçalves Dias; D: Escola Municipal Luiz Delfino; E: Escola Municipal Rivadávia Corrêa; F: Colégio Estadual Amaro Cavalcanti; N: número de indivíduos amostrados; M.A.: Se ocorre naturalmente na Mata Atlântica.
Fonte: organizada pelos autores a partir da pesquisa.



Figura 1: a) Fachada principal da Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877) – atual Escola Municipal Orsina da Fonseca. Fonte: Crep; b) Fachada principal da Escola Municipal Orsina da Fonseca. Fonte: Google Maps (2018).

Interessante notar que todos os espécimes de palmeiras inventariados se encontram na atual Escola Municipal Orsina da Fonseca (Tabela 1). Analisando a fotografia de sua fachada, de 1877, observa-se a presença de muitos indivíduos desta família, alguns com alturas típicas de indivíduos maduros (Figura 1a). Comparando-a à imagem atual (Figura 1b), depreende-se que as palmeiras eram em número superior ao encontrado atualmente, o que é justificado por morte ou supressão, ao longo dos anos, em decorrência das modificações no terreno para construção do novo prédio, em 1960.

O dendezeiro (*Elaeis guineensis*) foi a palmeira mais recorrente nesse estudo, com quatro exemplares inventariados (Tabela 1). Nativa da África ocidental, foi introduzida no Brasil no final do século XVI e se adaptou ao clima tropical úmido do litoral brasileiro (Dean, 1991). Na segunda metade do século XIX, passou a ser empregada na ornamentação de parques e jardins públicos do Rio de Janeiro (de Brito, 2015) e encontra-se, atualmente, entre as palmeiras exóticas mais utilizadas na arborização urbana do Brasil (Venturieri, Boari, Vasconcelos, 2009). Diversos autores alertam, entretanto, para o histórico de invasão dessa espécie em ambientes naturais, o que a coloca na lista de espécies recomendadas à remoção (Venturieri, Boari, Vasconcelos, 2009; PDAU-RJ, 2015).

Além do apelo ornamental, o dendezeiro tem importância na alimentação humana, cosmética, higiene e agroenergia. O óleo de dendê encontra-se entre as culturas mais rentáveis do país, apesar de sua produção, em escala comercial, ser de aproximadamente 80 anos (Homma, 2016). O Brasil ocupa a nona posição na produção mundial de óleo de palma, como é internacionalmente conhecido o azeite de dendê, e o estado do Pará responde por 98,47% da produção (Pará, 2020).

Quando considerada a palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), as fontes bibliográficas revelam seu expressivo uso nas áreas verdes públicas de todos os centros urbanos do país, desde o século XIX, o que torna curioso o fato de somente um indivíduo ter sido encontrado nesta pesquisa (Tabela 1).

A palmeira-imperial destaca-se dentre as demais palmeiras como a mais imponente e majestosa (Araújo e Silva, 2010). Sua introdução no Brasil é contemporânea à chegada da família real portuguesa. O primeiro indivíduo de *Roystonea oleracea* chegou ao país via ilhas Maurício, em 1809, e logo foi eleito o vegetal mais elegante para decorar a enorme alameda da entrada do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tornando-se um dos ornamentos mais distintivos da cidade. Um dos exemplares foi plantado, inclusive, pelo próprio príncipe regente d. João VI e, a partir daí, passou a ser considerada a “rainha das palmeiras”, ganhando a denominação popular de palmeira-real e, posteriormente, palmeira-imperial (Dean, 1991).

Durante o século XVIII, começou a ser extremamente utilizada na arborização de vias públicas dos grandes centros urbanos brasileiros (PDAU-RJ, 2015) e, em meados do século seguinte, se destacou nos projetos paisagísticos de Glaziou sendo que, ainda hoje, podem ser encontrados alguns de seus exemplares nos parques e jardins de sua autoria, como é o caso da Quinta da Boa Vista (Trindade, 2007). Em 1853, uma aleia de palmeiras-imperiais foi introduzida na rua Paissandu, ligando a residência da princesa Isabel à praia do Flamengo. Atualmente, aparece como uma das espécies mais frequentes na arborização urbana da cidade do Rio de Janeiro e muitos de seus indivíduos, por sua importância histórica, possuem proteção por tombamento, coibindo sua remoção (PDAU-RJ, 2015).

Apenas um exemplar de babaçu (*Attalea speciosa*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) e livistona-da-china (*Livistona* sp.) foram amostrados nessa pesquisa (Tabela 1). O babaçu é nativo do Brasil, onde ocorre naturalmente em áreas da Amazônia e do Cerrado (Flora e Funga do Brasil, 2023). Era bem representado nos parques públicos do Rio de Janeiro oitocentista (Trindade, 2007). Foram encontrados registros textuais históricos que revelam o envio de remessas da palmeira-babaçu para a Inglaterra, durante o século XIX, com o intuito de embelezar ainda mais as já imponentes estufas dedicadas às palmeiras tropicais do Kew Gardens, em Londres (de Brito et al., 2015).

O jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), por sua vez, é nativo da Mata Atlântica e muito apreciado no paisagismo carioca da segunda metade do século XIX, assim como as diversas espécies exóticas do gênero *Livistona* (de Brito et al., 2015). Segundo o PDAU-RJ (2015), essas três palmeiras, de grande valor ornamental e histórico, continuaram sendo utilizadas nos séculos posteriores. *Syagrus romanzoffiana* encontrava-se, inclusive, dentre as espécies nativas mais empregadas na arborização da cidade do Rio de Janeiro, especialmente em 2013 (PDAU-RJ, 2015).

Os indivíduos amostrados de palmeiras, localizados nas laterais do pátio interno da Escola Municipal Orsina da Fonseca, aparentam ser bastante antigos, em razão de suas alturas e diâmetros dos estipes. As fontes secundárias visitadas, juntamente com os registros iconográficos consultados, sugerem ser aqueles mesmos, plantados nos jardins do século XIX, na então “Escola do Imperador”.

No que tange aos sete indivíduos de leguminosas catalogados, estes encontram-se no Centro Cultural José Bonifácio (1 indivíduo); Escola Municipal Orsina da Fonseca (2); Escola Municipal Gonçalves Dias (3) e Escola Municipal Luiz Delfino (1). Esta última, contudo, não foi identificada (Tabela 1).

Foram inventariados dois indivíduos de tamarineiro (*Tamarindus indica*) na Escola Municipal Gonçalves Dias (Tabela 1). Espécie nativa da África, Índia e Sudeste Asiático (Pereira et al., 2007), o tamarineiro tem sido amplamente utilizado na arborização do Rio de Janeiro, desde o século

XVIII, e muitos de seus exemplares estão protegidos por lei, por meio de tombamento (PDAU-RJ, 2015). Essa espécie foi amplamente utilizada na ornamentação de diversos logradouros da cidade, no período de 1895 a 1914, o que mostra seu valor histórico ornamental (PDAU-RJ, 2015). Vale destacar, ainda, que as espécies de leguminosas foram muito expressivas na medicina do século XIX, a julgar pela documentação do Mosteiro São Bento do Rio de Janeiro (Medeiros, Andreatta, Senna-Valle, 2010), sendo que suas espécies se encontram entre as grandes fornecedoras de matéria-prima de uso medicinal, por seus princípios ativos. A citação de *Tamarindus indica* naquela documentação reflete que, para além de sua ampla utilização na ornamentação de áreas verdes oitocentistas, também foram bastante usadas na medicina praticada naquele período, o que facultava a disponibilidade do recurso medicinal à empiria dos cidadãos.

A cássia-imperial ou chuva-de-ouro (*Cassia fistula*) teve dois indivíduos catalogados nesse estudo: um na Escola Municipal Orsina da Fonseca e o outro na Escola Municipal Gonçalves Dias (Tabela 1). Trata-se de uma espécie exótica, nativa da Ásia tropical, onde ocorre naturalmente entre China e Malásia (Rocas, 2002), e atualmente está presente em quase todo o Brasil. Adapta-se melhor às faixas litorâneas, onde é cultivada na arborização de ruas, praças e jardins, embelezando-as, desde o século XIX (Corrêa, 1984). Encontrava-se também no repertório das árvores empregadas pelo “paisagista do Imperador” nas obras públicas oitocentistas (de Brito, 2015). Está bem representada nos bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro, embora curiosamente, seja a espécie exótica menos frequentemente encontrada na arborização carioca (PDAU-RJ, 2015).

Canafístula (*Cassia ferruginea*), é outra espécie ocorrente nesse inventário, com um único indivíduo, no Centro Cultural José Bonifácio (Tabela 1). Nativa do Brasil, distribui-se por toda a Mata Atlântica, sendo bastante utilizada na arborização urbana em decorrência de suas densas e vistosas inflorescências de cor amarela (Carvalho, 2003). Apesar do colorido de suas flores e de ser nativa, Glaziou, que valorizava o uso de espécies autóctones em seus projetos paisagísticos, parece tê-la preterido na ornamentação de seus jardins públicos, já que não foi encontrada qualquer referência à sua utilização no século XIX. Seriam elas suficientemente presentes nas áreas naturais de então, imprimindo beleza na paisagem avistada da cidade, razão pela qual não eram cultivadas?

Um exemplar de pau-Brasil (*Paubrasilia echinata*) foi registrado na Escola Municipal Luiz Delfino (Tabela 1). Espécie nativa da Mata Atlântica cuja cor de brasa do seu cerne, quando da chegada dos europeus no território brasileiro, deu origem ao nome do país, embora tal atribuição seja controversa (Almeida, 2022). Esta espécie encontra-se presente nos parques concebidos por Glaziou, tais como o Campo de Santana e o Passeio Público, no século XIX, assim como nas obras paisagísticas de Burle Marx, no século XX. É considerada uma das dez espécies mais adequadas à arborização urbana, encontrando-se entre as árvores mais utilizadas nos plantios urbanos do Rio de Janeiro. Exemplares históricos, presentes na arborização da cidade do Rio de Janeiro, são protegidos, o que proíbe seu corte, segundo PDAU-RJ (2015).

Foram inventariados sete exemplares de figueiras, três deles na Escola Municipal Orsina da Fonseca, assim como na Escola Municipal Gonçalves Dias e um no Centro Cultural José Bonifácio (Tabela 1).

O gênero *Ficus*, com seis indivíduos, se destacou no presente estudo, com três espécies (Tabela 1). Na realidade, no século XIX, houve um modismo em empregar figueiras na ornamentação de parques e vias públicas, tendo sido Glaziou o responsável pela introdução de 23 delas na arborização do Rio de Janeiro, das quais a maioria era exótica (de Brito et al., 2015;

D'Elboux, 2018). Aparentemente, muitas figueiras vieram da China, em 1873, para compor os projetos de destaque na cidade do Rio de Janeiro, especialmente o do Campo de Santana e o da Quinta da Boa Vista (PDAU-RJ, 2015). A arquitetura de seus troncos e copas, além de seu porte imponente contribuíram para que as espécies arbóreas do gênero *Ficus* se transformassem num verdadeiro marco paisagístico. Tanto que, um século depois, Burle Marx fez uso, reiteradamente, das figueiras em seus trabalhos, dando ênfase às espécies nativas (D'Elboux, 2018), como Ihe é característico. Atualmente, a introdução das figueiras na arborização pública é tema bastante controverso. Essas árvores foram plantadas em canteiros que não suportam seu sistema radicular, superficial porém vigoroso, o que faz com que suas raízes fiquem expostas, erigindo e danificando o calçamento, o que causa prejuízo à circulação de pedestres (Carvalho et al., 2013).

A espécie de figueira mais representativa neste inventário foi *Ficus benjamina*, com quatro indivíduos amostrados, sendo três na Escola Municipal Gonçalves Dias e um na Escola Municipal Orsina da Fonseca (Tabela 1). Originária da Índia e Malásia, a figueira-benjamin, como é conhecida, possui folhas persistentes e brilhantes, sendo muito utilizada nos plantios urbanos do Brasil, desde o século XIX (Souza et al., 2002; Bortolini et al., 2008; de Brito, 2015). Atualmente, embora esteja dentre as dez piores espécies indicadas à arborização urbana, *Ficus benjamina* é a terceira mais frequente nas vias públicas da cidade do Rio de Janeiro (PDAU-RJ, 2015), testemunho de sua historicidade na arborização da cidade, o que se contrapõe ao resultado aqui encontrado.

Foi observado um indivíduo de gameleira-branca (*Ficus gomelleira*), nativa do Brasil, na Escola Municipal Orsina da Fonseca e, um exemplar de mata-pau (*Ficus cestrifolia*), também nativa do Brasil, no Centro Cultural José Bonifácio. Ambas não constam entre as 23 figueiras utilizadas por Glaziou na ornamentação de seus projetos paisagísticos de meados do século XIX (de Brito, 2015). Atualmente, não são também muito expressivas na arborização pública do Rio de Janeiro, ainda que estejam listadas entre aquelas espécies que possuem exemplares com parecer favorável a seu corte nas vias urbanas cariocas (PDAU-RJ, 2015).

A jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*) consta com um indivíduo na Escola Municipal Orsina da Fonseca (Tabela 1). Foi uma das espécies exóticas frutíferas introduzidas por mestre Valentim no seu projeto do Passeio Público do Rio de Janeiro, no final do século XVIII. Foi também bastante empregada por Glaziou em seus projetos de paisagismo urbano (PDAU-RJ, 2015). Nativa das florestas da Índia, a jaqueira ainda é muito presente na arborização carioca, porém, é uma ameaça às espécies nativas do Brasil devido à sua propagação, típica às espécies invasoras (Santos, Bergallo, Rocha, 2008; Abreu e Rodrigues, 2010).

Não foram encontrados registros em fontes primárias que indiquem que os exemplares de figueiras, presentes nas antigas "Escolas do Imperador", tenham sido plantados no século XIX. A literatura científica, contudo, aponta para a predileção por parte do "paisagista do Imperador" em empregar espécies como a figueira, *Ficus benjamina*, e a jaqueira, *Artocarpus heterophyllus*, o que nos faz suspeitar que alguns desses indivíduos amostrados sejam, de fato, centenários.

As três espécies mais abundantes em número de indivíduos inventariados foram: munguba (*Pachira aquatica*, com dez exemplares), amendoeira (*Terminalia catappa*, com oito) e mangueira (*Mangifera indica*, com sete) (Tabela 1), o que reflete o encontrado para a cidade, visto que constam entre as espécies mais utilizadas na arborização da cidade do Rio de Janeiro (PDAU-RJ, 2015).

A popular munguba, *Pachira aquatica*, é nativa do Brasil, porém de ampla distribuição geográfica ocorrendo desde o sul do México até o norte da América do Sul (Peixoto e Escudeiro,

2002) no domínio da Amazônia, não ocorrendo naturalmente na Mata Atlântica. Foram encontrados nove exemplares adultos na Escola Municipal Orsina da Fonseca e um na Escola Municipal Gonçalves Dias (Tabela 1). A munguba foi introduzida na arborização urbana na segunda metade do século XIX, por Glaziou, e sua expansão se deu após introdução em grandes áreas arborizadas na cidade do Rio de Janeiro, como o parque do Flamengo, por Burle Marx e pelo botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, nos anos de 1960 (Peixoto e Escudeiro 2002). É uma bela e frondosa árvore, com copa densa e arredondada, o que propicia excelente sombreamento; possui flores perfumadas, com longos estames, assemelhando-se a um pincel; tal conjunto de atributos lhe confere função ornamental (Salviati, 1993). Trindade (2007), informa que *Pachira aquatica* havia sido selecionada por Glaziou para compor o paisagismo do seu projeto do Passeio Público do Rio de Janeiro, de 1862. A partir das primeiras décadas do século XX começou a ser utilizada na arborização das Zonas Sul, Norte e Central (PDAU-RJ, 2015). Sua notabilidade ornamental no paisagismo oitocentista se estendeu até o século XX; associado às alturas e diâmetros dos exemplares amostrados, supõe-se que tais indivíduos de munguba, localizados nas antigas “Escolas do Imperador”, tenham sido introduzidos nos jardins desses estabelecimentos educacionais após o século XIX. A forma de crescimento de suas copas, cujos ramos se enroscam na fiação pública, somada ao seu sistema radicular que danifica as calçadas, dificultando a passagem de pedestres, inserem-na no elenco das dez piores espécies para a arborização urbana (PDAU-RJ, 2015).

Dos oito indivíduos de amendoeira (*Terminalia catappa*) catalogados, sete encontram-se na Escola Municipal Orsina da Fonseca e um na Escola Municipal Luiz Delfino (Tabela 1). Comumente encontrada nas ruas do Rio de Janeiro, é a primeira no *ranking* das espécies com maior número de exemplares plantados na cidade: 996 (PDAU-RJ, 2015).

Originária da Índia, *Terminalia catappa* se encontra atualmente distribuída em todas as regiões tropicais, onde é apreciada, principalmente, por seus atributos ornamentais e alimentícios. Adapta-se facilmente às condições extremas do litoral, tolerando ventos fortes, solos arenosos, assim como os bem drenados, alta salinidade na zona radicular, razão pela qual foi amplamente cultivada nos trópicos, sobretudo em ambientes costeiros, onde fornece sombra, além de ornar a paisagem (Thompson e Evans, 2006). Foi cultivada e utilizada por Glaziou em seus trabalhos de paisagismo do século XIX (de Brito, 2015). Nas primeiras décadas do século XX, foi amplamente introduzida na arborização urbana, nos logradouros das zonas Sul (especialmente nas calçadas das praias), Norte e Central da cidade do Rio de Janeiro (PDAU-RJ, 2015). Devido aos inúmeros problemas acarretados, como entupimento das redes pluviais, levantamento de calçadas, enroscamento na fiação elétrica, entre outros, seu uso foi descontinuado pela Prefeitura Municipal. Encontra-se na lista das espécies recomendadas à remoção, além de estar entre as dez espécies menos recomendadas para a arborização urbana (PDAU-RJ, 2015).

O conjunto de dados reunidos, a partir da literatura, sugere que, assim como as mungubas, as amendoeiras amostradas não foram plantadas no século XIX, e sim, posteriormente, considerando que o auge de sua utilização no paisagismo urbano data das primeiras décadas do século XX.

Apesar de não ser tão representativa na arborização urbana da cidade do Rio de Janeiro (PDAU-RJ, 2015), a mangueira (*Mangifera indica*) foi a espécie presente no maior número de “Escolas do Imperador”, com um indivíduo amostrado no Centro Cultural José Bonifácio; dois na Escola Municipal Orsina da Fonseca; três na Escola Municipal Gonçalves Dias e; um na Escola Municipal Luiz Delfino (Tabela 1).

Nativa do sul e sudeste asiático, a mangueira foi introduzida em várias partes do mundo, sendo trazida ao [Brasil](#) pelos colonizadores portugueses nos 1700 (Yadav e Singh, 2017). Faz parte da lista de espécies exóticas frutíferas utilizadas no Passeio Público de mestre Valentim, no final do século XVIII e nos jardins de Glaziou, na segunda metade do século XIX (PDAU-RJ, 2015).

As copas expandidas e com densa folhagem das mangueiras constituem elementos fundamentais ao sombreamento que propiciam, gerando conforto térmico nas áreas urbanas, o que justificaria sua inclusão nos jardins das “Escolas do Imperador”, além da produção de frutos saborosos e em profusão.

As mangueiras inventariadas nas remanescentes “Escolas do Imperador” parecem ser bastante antigas, plantadas há mais de um século, quando da criação das Escolas. Porém, não dispomos de informações primárias em registros textuais ou iconográficos, que nos permitam afirmar que tais exemplares sejam remanescentes do plantio no século XIX.

Considerando as áreas naturais de ocorrência das espécies, observa-se que das 26 espécies identificadas, 12 são nativas do Brasil, das quais sete típicas da Mata Atlântica, e 14 exóticas (Tabela 1).

As espécies exóticas eram valorizadas e utilizadas nos jardins públicos projetados por mestre Valentim, desde 1783, particularmente espécies frutíferas vindas da Ásia e África, tais como: *Mangifera indica*, *Artocarpus heterophyllus* e *Tamarindus indica* (PDAU-RJ, 2015), todas presentes no inventário. A partir de 1858, com a chegada de Glaziou ao Brasil, outras plantas exóticas foram empregadas para imprimir à paisagem semelhança ao modelo dos jardins franceses, do século XIX. Glaziou, contudo, valorizou o uso de espécies nativas do Brasil, coletando ele próprio os exemplares em áreas de matas remanescentes, fossem elas na cidade do Rio de Janeiro ou nas serranias de Petrópolis, Teresópolis ou Friburgo, para comporem tais jardins. Um exemplo é o oitizeiro, *Moquilea tomentosa* (Chrysobalanaceae), o qual foi identificado um exemplar na Escola Municipal Rivadávia Corrêa (Tabela 1). Desse modo, a mistura de espécies exóticas e nativas, originárias de todas as partes do Brasil e não exclusivamente da Mata Atlântica, presentes até hoje nos jardins das antigas “Escolas do Imperador” pode ser vista como uma extensão do que se plantava nas vias e jardins públicos da cidade do Rio de Janeiro, desde a segunda metade do século XIX.

No final dos oitocentos, o poder público demonstrava preocupação com as árvores impróprias que, já naquele tempo, traziam problemas para a cidade. O *Jornal do Commercio* de abril 1896, citado no PDAU-RJ (2015), noticia que o número total de árvores na cidade era de 7.170 e que as plantas nativas deveriam substituir as espécies exóticas empregadas na arborização urbana. Tal inquietação pode ser atribuída ao desejo em apresentar o país como uma nação próspera, com riquezas naturais que não só o distinguiam, mas ofereciam potencialidade de troca com os países europeus.

O elenco de plantas empregadas no embelezamento da cidade nos oitocentos e suas características ecológicas chegam até a atualidade, inseridas num contexto global de garantia da conservação das espécies nativas. Assim sendo, o critério original e restrito aos padrões estéticos das espécies na composição e consequente configuração da paisagem urbana no período imperial, transmuta-se. No século XX, a revolução paisagística de Burle Marx privilegia a valorização plástica das espécies nativas, ainda que provenientes de outras regiões do país. Atualmente, procura-se amplificar o conceito paisagístico para além do embelezamento, do conforto estético e benefícios térmico, retenção de chuvas e purificação do ar para os cidadãos.

Assim, amplia-se o entendimento dos espaços verdes urbanos como ilhas de vegetação, com potencial de conexão com outras áreas, naturais ou não, e fonte de recursos alimentícios à fauna das cidades, como forma de conservação da biodiversidade das e nas cidades.

Considerando a riqueza de espécies empregadas nos espaços ajardinados das remanescentes Escolas do Imperador, verifica-se que o maior número de espécies se deu na Escola Municipal Orsina da Fonseca, seguida pela Escola Municipal Gonçalves Dias e pelo Centro Cultural José Bonifácio. Apesar da Escola Municipal Orsina da Fonseca ser hoje a mais arborizada dentre as antigas “Escolas do Imperador”, os registros iconográficos apontam que no século XIX existia um número de árvores superior ao que é atualmente observado (Figura 2). Provavelmente essa diminuição é consequência das modificações sofridas no terreno, quando o prédio original da escola foi demolido, dando lugar a outro. A maior parte do pátio original da escola foi cimentada, cedendo espaço a uma quadra poliesportiva e a um estacionamento.

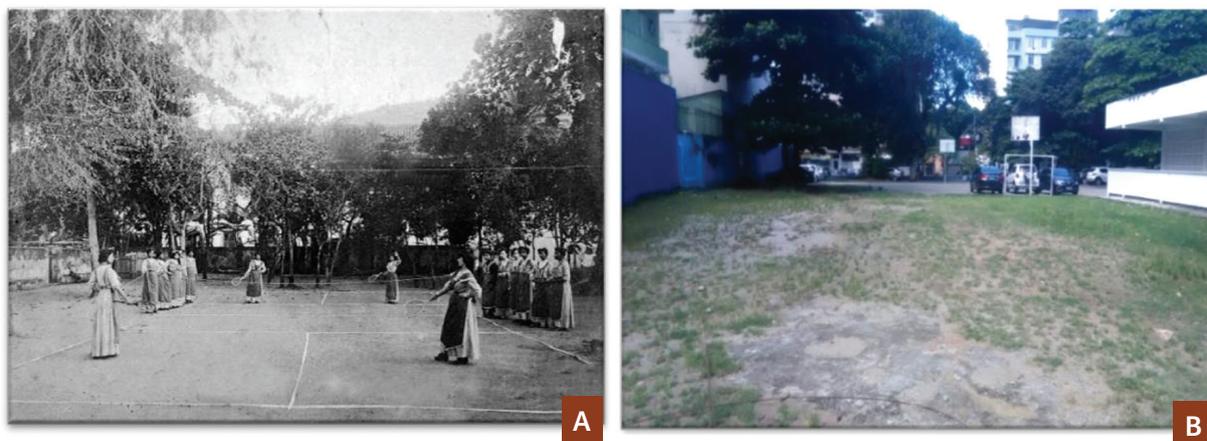


Figura 2: a) Pátio da Escola Municipal Orsina da Fonseca, final do século XIX. Fonte: Crep; b) Pátio da Escola Municipal Orsina da Fonseca. Fonte: Acervo pessoal (2018).

O estado de manutenção do jardim dessa escola é preocupante. As árvores antigas denotam não receber qualquer tipo de cuidado e, assim como muitos exemplares de palmeiras, parecem estar abandonadas, em precário estado de conservação. Chama a atenção também o fato das árvores estarem restritas à parte interna do terreno: um local evidentemente pouco utilizado como espaço de convivência da comunidade escolar. Esse terreno está, pouco a pouco, sendo cimentado e tocos de antigas árvores constituem testemunhos dos sucessivos cortes, razão pela qual não puderam ser identificadas.

As árvores presentes na Escola Municipal Gonçalves Dias estão tanto no jardim frontal, defronte à fachada do prédio, quanto no pátio interno e encontram-se bem cuidadas. Na fotografia que retrata a área verde, localizada à frente da fachada, no final do século XIX, nota-se a presença de algumas árvores jovens, porém, pelo registro iconográfico, não foi possível determinar seus nomes científicos (Figura 3a). Nesse mesmo jardim, foram inventariados, no presente estudo, dois exemplares de canafístula (*Cassia fistula*) e sete de mangueira (*Mangifera indica*). Interessante ressaltar que os indivíduos aqui amostrados estão localizados nas laterais da fachada da escola, exatamente na mesma posição das árvores jovens representadas na fotografia do século XIX. São árvores que aparentam ser muito antigas, sugerindo que sejam exemplares remanescentes dos oitocentos (Figura 3b).

No pátio interno foram inventariados dois exemplares de tamarineiro (*Tamarindus indica*) e três de figueira (*Ficus benjamina*), que também parecem ter sido plantados há muitas décadas. É provável que o pátio interno dessa escola, onde se encontra a maioria das espécies catalogadas, tenha sido reduzido para dar espaço à construção das várias edificações, posteriormente erguidas, nos arredores do terreno dessa escola.



Figura 3: a) Escola Municipal Gonçalves Dias, final do século XIX. Fonte: Crep; b) Escola Municipal Gonçalves Dias atualmente. Fonte: Google Maps (2018).

No Centro Cultural José Bonifácio, nas partes do terreno onde estão os espécimes inventariados, o piso se encontra cimentado ao redor das árvores, prejudicando o estado de saúde do sistema radicular das árvores e potencializando danos futuros, o que acaba por comprometer o estado de conservação desse jardim e parte da história desta antiga “Escola do Imperador”. À exceção da mangueira (*Mangifera indica*), as demais árvores presentes no local são de plantios recentes.

Gumy (2016) defende que a presença de áreas verdes nas adjacências ou dentro dos limites de escolas ajuda a romper com a aridez da paisagem urbana. Além disso, as plantas agregam valor afetivo aos espaços escolares, e os jardins fornecem aos estudantes a possibilidade de ali realizar atividades, o que os redimensiona, tornando-os espaços que podem ser utilizados como recurso didático, pois estimulam a percepção, a observação, os questionamentos, a interação e a interdisciplinaridade (Viana et al., 2011; Gumy, 2016), tornando o processo de ensino-aprendizagem mais contextualizado e participativo. Gumy (2016) argumenta ainda que o contato dos alunos com pátios arborizados torna mais fácil para os educadores trabalharem as questões relativas à educação ambiental, o que pode promover mudanças de comportamento nos estudantes. Propicia, portanto, aos educadores uma ferramenta didática para a realização de atividades pedagógicas e recreativas fora dos limites de uma sala de aula tradicional.

Informações históricas contidas nas fontes primárias

As informações contidas nas fontes históricas analisadas permitiram entender a importância dada aos jardins das “Escolas do Imperador” na segunda metade do século XIX. Redigidas por personalidades que atuavam na gestão pública do Estado, como Auguste Glazou, diretor-geral

de Florestas e Jardins da Casa Imperial do Rio de Janeiro; José Bento da Cunha Figueiredo e Antônio Feliz Martins, inspetores-gerais da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e Theóphilo das Neves, secretário da Inspetoria-geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, os 24 documentos analisados revelaram a existência de um zelo contínuo com a manutenção desses espaços verdes (Tabela 2).

Foram encontrados no Arquivo Nacional¹ 11 recibos referentes aos pagamentos dos então chamados “guardas-feitores” (Tabela 2 e Figura 4). As prestações de contas examinadas indicaram que todas as “Escolas do Imperador” possuíam ao menos um funcionário público capacitado, responsável pela conservação, melhoramento e segurança dos jardins: um dos aspectos mais caros às áreas verdes.

Ao consultar a página da Prefeitura do Rio de Janeiro (<http://www.rio.rj.gov.br/>), é possível constatar que o manejo urbano se encontra entre os cinco serviços mais solicitados pela população. No que tange à manutenção e ao adequado planejamento dos parques e vias públicas da cidade carioca, existem inúmeros problemas a serem reparados, cujos principais são: a falta de mão de obra capacitada para orientar tecnicamente sobre plantio, poda, seleção das espécies a serem introduzidas, adubação, irrigação em períodos de estiagem etc.; além da necessidade de segurança à integridade do patrimônio (Bononi, 2006).

Tabela 2: Relação dos documentos encontrados sobre os jardins das “Escolas do Imperador” no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Data	Sessão	Propósito	Autor
30/11/1874	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Ilegível
30/12/1874	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Ilegível
14/02/1875	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
27/02/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	José Bento da Cunha Figueiredo
20/08/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Antonio Feliz Martins
09/09/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Antonio Feliz Martins
11/09/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Antonio Feliz Martins
20/09/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Antonio Feliz Martins
30/09/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Theophilo das Neves
30/10/1875	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Antonio Feliz Martins
18/01/1878	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
09/07/1878	2	Cobrança da verba destinada à manutenção dos jardins	Glaziou
02/10/1878	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
02/10/1878	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
12/12/1879	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou

1 Fundo: Série Interior – Administração (IJJ2) – BR RJANRIO A1, na sessão de Instrução Pública da capital imperial, entre os anos de 1874 e 1888.

Data	Sessão	Propósito	Autor
12/12/1879	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
04/11/1880	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
04/11/1880	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
03/08/1881	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
26/09/1881	1	Recibo de pagamento dos guardas-feitores	Theophilo das Neves
14/02/1882	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
13/03/1882	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
14/03/1882	2	Recibo proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas	Glaziou
11/01/1888	2	Prestação de contas ao Tesouro Nacional referente ao pagamento dos guardas-feitores	Glaziou

Fonte: Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Fundo: Série Interior – Administração (IJJ2) – BR RJANRIO A1) Sessão 1: Instrução Pública da capital imperial; Sessão 2: Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

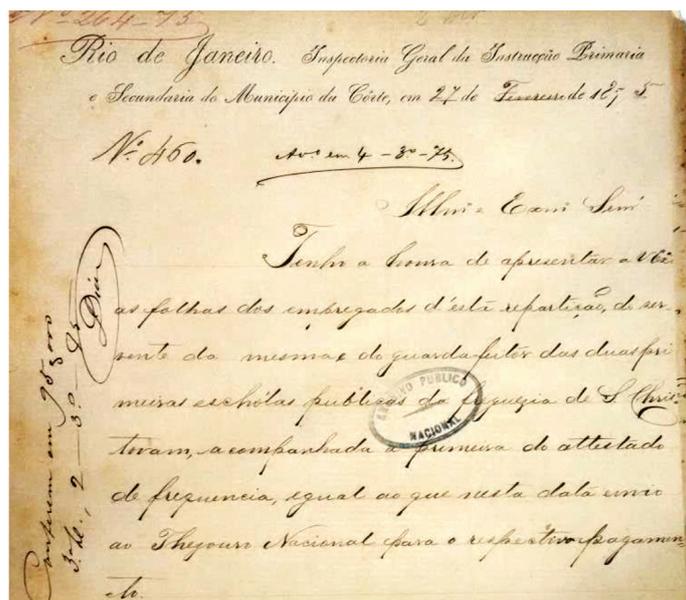


Figura 4: Trecho do recibo emitido pelo inspetor de Instrução Primária e Secundária do Município da Côte, José Bento da Cunha Figueiredo, em 27 de fevereiro de 1875, referente ao pagamento dos guardas-feitores dos jardins das escolas.² Fonte: Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

A preocupação com a manutenção desses jardins foi documentada também em 12 recibos, entre 1875 e 1882, referentes à verba do Tesouro Nacional destinada à conservação e ao melhoramento dos jardins das “Escolas do Imperador”. Essas fontes primárias foram encontradas no

2 Transcrição do documento da Figura 4: “Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência as folhas dos empregados dessa repartição de servente da mesma e do guarda-feitor das duas primeiras escolas públicas da freguesia de São Cristóvão acompanhada a primeira do atestado de frequência igual ao que nesta data envio ao Tesouro Nacional para o respectivo pagamento”.

Arquivo Nacional³, sendo todas assinadas por Glaziou (Tabela 2 e Figura 5). Delas se depreende que os jardins eram assistidos pelo governo imperial durante essa época e, que o responsável, dedicado aos cuidados desses espaços verdes, era o próprio Glaziou: diretor-geral de Florestas e Jardins da Casa Imperial do Rio de Janeiro e paisagista particular do imperador.

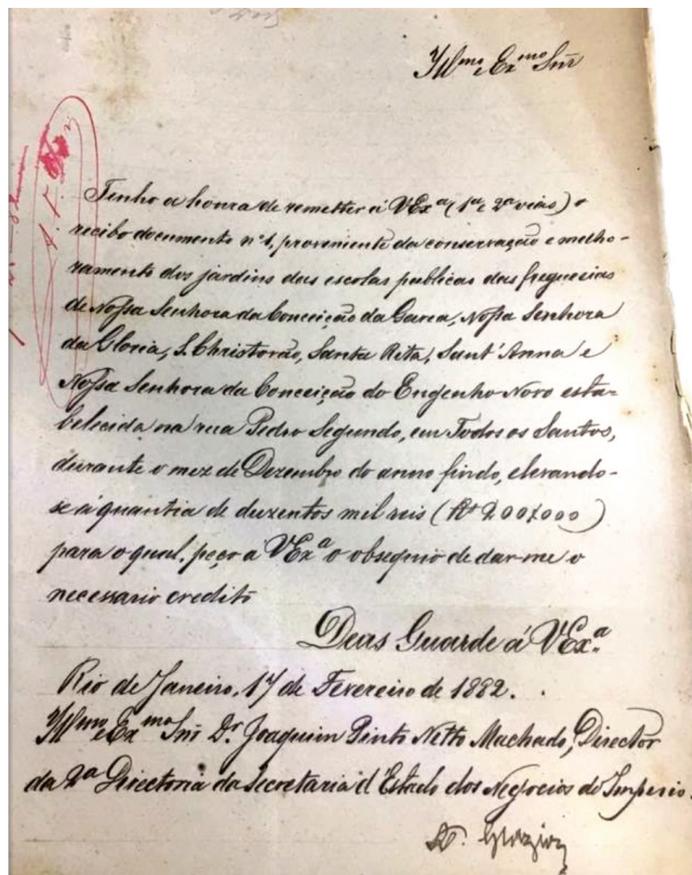


Figura 5: Recibo emitido por Glaziou, em 17 de fevereiro de 1882, ao senhor Joaquim Pinto Netto Machado (diretor da Secretaria de Estado dos Negócios do Império), referente à manutenção dos jardins das escolas.⁴ Fonte: Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

No documento escrito por Glaziou, em 9 de julho de 1878, observa-se seu empenho na função de manter os jardins dessas escolas públicas bem conservados. Ele não se intimidava em cobrar a verba, destinada pelo Ministério do Império, para a manutenção desses espaços (Figura 6).

3 Fundo: Série Interior – Administração (IJJ2) – BR RJANRIO A1, na sessão da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

4 Transcrição do documento da Figura 5: "Tenho a honra de remeter a Vossa Senhoria (1ª e 2ª vias) o recibo documento número 1 proveniente da conservação e melhoramento dos jardins das escolas públicas das freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, Nossa Senhora da Glória de São Cristóvão, Santa Rita, Sant'Anna e Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo estabelecida na Rua Pedro Segundo, em Todos os Santos, durante o mês de dezembro do ano findo, elevando-se a quantia de duzentos mil reis (\$200,000), para o qual peço a Vossa Excelência o obséquio de dar-me o necessário crédito".

Com consequencia do atraso dos pagamentos mensaes, e do acabamento do exercicio de 1877 a 1878, tomo a liberdade de remetter a V. Exa. as contas da conservação dos jardins das Escolas Publicas das Freguezias de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, de Nossa Senhora da Gloria, de São Christovão, de Sant'Anna, de Santa Rita e de Nossa Senhora da Conceição de Engenho Novo, estabelecida na rua Pedro Segundo, em Todos os Santos, durante cinco mezes, elevando-se a quantia de um conto de reis (R\$ 1.000.000); para as quaes, peço a V. Exa. as necessarias providencias, a fim de serem pagas.

Deno quanto a V. Exa.

M. M. e Exa. mo. Sr. Nicolao Midosi, Sub-Diretor da 3.ª Directoria da Secretaria d'Estado em Negocios do Imperio.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1878.

B. Glaziou

Figura 6: Cobrança de verba emitida por Glaziou, em 9 de julho de 1878, ao senhor Nicolao Midosi (sub-diretor da 3ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império), para a manutenção dos jardins das escolas.⁵ Fonte: Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

Os documentos analisados até o ano de 1888 são testemunhos de que os funcionários responsáveis pela administração de órgão e serviços públicos do Império estavam atentos e cuidavam zelosamente pelos jardins dos estabelecimentos educacionais públicos, conhecidos como “Escolas do Imperador”. Mais ainda: os órgãos governamentais dispunham de verba mensal específica para a conservação e melhoramento desses espaços verdes.

Considerações finais

O esforço em localizar os desenhos, ou mesmo esboços, dos projetos arquitetônicos, assim como as listas de plantas empregadas nos jardins das “Escolas do Imperador” mostrou-se infrutífero. O material iconográfico analisado tampouco possibilitou a identificação taxonômica das árvores desse período histórico, mas somente uma aproximação. Desse modo, não foi possível afirmar se algumas das árvores inventariadas neste estudo seriam, de fato, exemplares remanescentes de meados dos oitocentos. Contudo, diversas fontes secundárias indicam que muitos

5 Transcrição do documento da Figura 6: “Em consequência do atraso dos pagamentos mensais, e do acabamento do exercício de 1877 a 1878, tomo a liberdade de remeter a Vossa Excelência as contas da conservação dos jardins das escolas públicas das Freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, de Nossa Senhora da Glória, de São Cristóvão, de Sant’Anna, de Santa Rita e de Nossa Senhora da Conceição de Engenho Novo [...] durante cinco meses, elevando-se a quantia de um conto de réis (R\$ 1.000.000), para as quais, peço à Vossa Excelência providências, a fim de serem pagas”.

dos táxons presentes nesse inventário correspondem àqueles que eram bastante utilizados na ornamentação urbana.

Compreender as árvores como documentos históricos vivos – providos de inúmeras possibilidades de investigação, articulando áreas de conhecimento como a dendrocronologia, a taxonomia vegetal, a ecologia, a arquitetura, o urbanismo e a história – potencializa substancialmente abordagens como a proposta neste estudo.

O inventário realizado nas “Escolas do Imperador” evidenciou a predominância de espécies de palmeiras, leguminosas e figueiras, o que está consoante às tendências paisagísticas de meados do século XIX, as quais se perpetuaram até a atualidade.

Observou-se também, uma valorização no uso de espécies exóticas, já bastante empregadas na ornamentação de jardins, nos oitocentos, das quais muitas, atualmente, são reconhecidas como invasoras na Mata Atlântica.

O inventário arbóreo sugere que, desde o século XIX, busca-se introduzir no âmbito urbano uma associação de espécies nativas e exóticas, de plantas que possuam, sobretudo, características morfológicas e estéticas que lhes confirmam função ornamental. Outras podem agregar demais valores, para além de sua plástica, como ilustra o elenco de árvores em jardins públicos, apreciadas na alimentação humana, exemplificadas pelo dendezeiro, mangueira e tamarindo, esta última também por seu uso medicinal.

Os registros históricos no Arquivo Nacional desvelam o constante investimento na manutenção dos jardins dessas primeiras escolas públicas brasileiras. Na intencionalidade de modernização da capital imperial estava inclusa a construção de escolas em prédios próprios, nas freguesias da cidade. E mais, nesses estabelecimentos, estava prevista a implementação de jardins, integrando-os ao que já estava ocorrendo nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro.

O patrimônio histórico remanescente nessas instituições públicas, destinado ao funcionamento das “Escolas do Imperador”, encontra-se em estado de conservação muito aquém do esperado por seu valor histórico. O mesmo se dá em relação ao patrimônio histórico vivo: as plantas que compõem os jardins dessas escolas. A depreciação desses jardins é impactada pela falta de políticas de planejamento adequadas e serviços de manutenção com vistas à melhoria das condições desses jardins a curto, médio e longo prazo. Uma maior atenção às áreas ajardinadas possibilitaria um adequado aproveitamento por parte da comunidade escolar para usufruir desses espaços verdes, como recurso didático em projetos educacionais interdisciplinares, de sensibilização aos bens históricos, assim como de sociabilidade para além das relações humanas: redescobrir a possibilidade relacional com a biodiversidade, a partir da flora e fauna urbana, numa perspectiva biofílica, tão urgente à sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

ABREU, R.C.R.; RODRIGUES, P.J.F.P. Exotic tree *Artocarpus heterophyllus* (Moraceae) invades the Brazilian Atlantic Rainforest. *Rodriguésia*, v. 61, n. 4, p. 677-688, 2010.

ALMEIDA, O.T. de “Ilha da Vera Cruz” a “Brasil”: revisitação à origem do nome. *Antíteses*, v. 15, n. especial, p. 321-340, 2022.

- ANDREATTA, V. Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- ARAÚJO, J.S.; SILVA, Â.M.S. A palmeira imperial: da introdução no Brasil Colônia às doenças e pragas no século XXI. *Ciência e Cultura*, v. 62, n.1, p. 26-28, 2010.
- AURNHEIMER-FILHO, S.P. O crepúsculo da política educacional imperial. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008, Vitória: SBHE, p. 1-16.
- BONONI, V.L.R. Controle ambiental de áreas verdes. In: PHILIPPI-JUNIOR, A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. Curso de gestão ambiental. 2. ed. Barueri: Manole, p. 214-255, 2006.
- BORTOLINI, M.F.; ALCÂNTARA, G.B.; FANTI, F.P.; BIASI, L.A.; QUOIRIN, M.; KOEHLER, H.S.; ZUFFELLATO-RIBAS, K.C. Enraizamento de estacas de *Ficus benjamina* L. *Scientia agraria*, v. 9, n. 4, p. 539-543, 2008.
- CARVALHO, A.A.; SILVA, L.F.; LIMA, A.P.; SANTOS, T.P. A inviabilidade do ficus (*Ficus benjamina* L.) para arborização viária. In: Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, 13., 2013, Recife. *Anais...* Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.
- CARVALHO, A.L.S. O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte portuguesa: planos, intenções e intervenções no século XIX. *Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, n. 13, p. 54-63, 2014.
- CARVALHO, P.E.R. *Espécies arbóreas brasileiras*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2003. v. 1.
- CORRÊA, P. *Dicionário de plantas úteis do Brasil e exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: MA/IBDF, 1984.
- CREP, Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas>. Acesso em: 1 out. 2019.
- DEAN, W. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.
- DE BRITO, M.R. *Práticas botânicas e experiências estéticas: as múltiplas faces de Auguste François Marie Glaziou no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em Botânica) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- DE BRITO, M.R.; NIC LUGHADHA, E.; DUARTE, L.F.; SENNA-VALLE, L. Exchange of useful plants between Brazil and England in the second half of the nineteenth century: Glaziou and the botanists of the Royal Botanic Gardens, Kew. *Kew Bulletin*, v. 70, n. 4, p. 1-10, 2015.
- D'ELBOUX, R.M.M. Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas. *Anais do Museu Paulista*, v. 26, p. 1-23, 2018.
- DOURADO, G.M. *Belle époque dos jardins*. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- FARIA-FILHO, L.M. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 24, n. 1, p. 141-159, 1998.
- FLORA E FUNGA DO BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- GROENINGER, F.; WAGNON, S. Les enjeux d'un processus de patrimonialisation: le lycée internat d'excellence Françoise-Combes de Montpellier (Hérault). *In Situ: Revue des Patrimoines*, v. 45, p. 1-21, 2021.
- GUMY, G. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas*. Paraná: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2016.
- HOMMA, A.K.O. Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.
- LE COEUR, M. Les lycées dans la ville: l'exemple parisien (1802-1914). *Histoire de l'Éducation*, v. 90, p. 131-167, 2001.
- MEDEIROS, M.F.T.; ANDREATTA, R.H.P.; SENNA-VALLE, L. Identificação de termos oitocentistas relacionados às plantas medicinais usadas no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro/Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, v. 24, n. 3, p. 780-789, 2010.
- MÉRIAN, J.Y. *Glaziou e os jardins sinuosos*. Catálogo da exposição realizada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dantes, 2009.

- PARÁ, Governo do Estado. *Dendê*. 2020. Disponível em: <http://www.sedap.pa.gov.br/content/dendê>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- PDAU-RJ, Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4683370/4190252/PDAU.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.
- PEIXOTO, A.L.; ESCUDEIRO, A. *Pachira aquatica* (Bombacaceae) na obra “História dos Animais e Árvores do Maranhão” de frei Cristóvão de Lisboa. *Rodriguesia*, v. 53, n. 82, p.123-130, 2002.
- PEREIRA, P.C.; MELO, B.; FRAZÃO, A.A.; ALVES, P.R.B. *A cultura do tamarindeiro (Tamarindus indica L.)*, 2007. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br./tamarindo.html>. Acesso em: 01 set. 2021.
- QUINTANILHA, M.M.S.; MURASSE, C.M. A educação de D. Pedro II, imperador do Brasil. In: Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, 2004, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2004.
- ROCAS, A.N. *Cassia fistula* L. In: VOZZO, J.A. *Tropical tree seed manual*. Washington: United States Department of Agriculture/Forest Service, 2002. p. 366-368.
- SALVIATÍ, E.J. *Tipos vegetais aplicados ao paisagismo. Paisagem e Ambiente*, n. 5, p. 9-45, 1993.
- SANTOS, A.R.; BERGALLO, H.G.; ROCHA, C.F.D. Paisagem urbana alienígena. *Ciência Hoje*, v. 4, n. 245, p. 68-70, 2008.
- SCHUELER, A.F. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte Imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 379-390, 2005.
- SILVEIRA, L.A. As “Escolas do Imperador” entre tradição e modernidade: o caráter disciplinador e inovador das culturas escolares e urbanas na segunda metade do século XIX. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 9, 2017, João Pessoa: SBHE, p. 1317-1334.
- SISSON, R. Escolas Públicas do Primeiro Grau: inventário, tipologia e história (1870-1945). *Arquitetura Revistas*, v. 8, p. 63-78, 1990.
- SOUZA, S.R.; VASCONCELLOS, P.C.; MANTOVANI, W.; CARVALHO, L.R.F. Emissão por folhas de *Ficus benjamina* L. (Moraceae) de compostos orgânicos voláteis oxigenados. *Revista Brasileira de Botânica*, v. 25, n. 4, p. 413- 418, 2002.
- SPECIESLINK. Disponível em: <https://specieslink.net/>. 2023. Acesso em: 31 jan. 2023.
- TABACOW, J. *Arte e paisagem: Roberto Burle Marx*. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- TERRA, C.G. *Os jardins no Brasil no século XIX: Glaziou revisitado*. 2. ed. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.
- THOMPSON, L.A.J.; EVANS, B. *Species profiles for Pacific Island agroforestry*. 2006. Disponível em: www.traditionaltree.org. Acesso em: 26 out. 2018.
- TRINDADE, J.A. A forma e o caráter da vegetação na reconstrução paisagística do passeio público. *Paisagem e Ambiente*, n. 24, p. 387-396, 2007.
- VENTURIERI, A.; F.W.R.; BOARI, A.D.J.; VASCONCELOS, M.A. Relação entre ocorrência do amarelecimento fatal do dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) e variáveis ambientais no estado do Pará. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 14, 2009, Natal: INPE, 2009. p. 523-530.
- VIANA, I.; BRANCO, A.L.C.; PINTO, K.S.; SALGADO, L.B.A.; PAULO-FILHO, H.P. Utilização de áreas verdes como recurso didático para o ensino das ciências. In: Encontro Regional Sul do Ensino da Biologia, 5, 2011, Viçosa: Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia – Regional Sul, 2011.
- YADAV, D.; SINGH, S.P. Manga: origem e distribuição da história. *Journal of Pharmacognosy and Phytochemistry*, v. 6, n. 6, p. 1257-1262, 2017.

Recebido em janeiro de 2023

Aceito em março de 2023